



Opinião Econômica

Solange Srouf

Diretora de macroeconomia para o Brasil
no UBS Global Wealth Management



Levar a inflação a 3% é o melhor caminho para reduzir os juros

Uma meta maior não elimina o risco fiscal nem garante uma Selic mais baixa

O próximo governo precisará ter uma agenda clara para reduzir os juros de forma estrutural. Sem ela, a situação de famílias e empresas, já bastante endividadas, pode se agravar, com mais inadimplência, menos crédito e desaceleração da atividade econômica. Para evitar esse cenário, será necessário alinhar as políticas fiscal e monetária e apresentar uma trajetória crível para as contas públicas, capaz de reduzir o prêmio de risco, reancorar expectativas e diminuir os juros de longo prazo.

Diante de um choque de credibilidade fiscal, o Banco Central terá duas opções. A primeira é seguir reduzindo os juros na expectativa de que a melhora fiscal produza inflação convergindo à meta e menor prêmio de risco. A segunda, mais prudente, é permitir que essa mudança se reflita

primeiro nas expectativas de inflação e nos juros de longo prazo, criando condições para cortes mais intensos e sustentáveis da Selic.

A experiência brasileira mostra que a segunda estratégia pode produzir resultados mais expressivos. Quando Ilan Goldfajn assumiu a presidência do BC, em 2016, a inflação do ano anterior havia alcançado 10,67%, e a Selic, 14,25%. Mesmo em recessão, o BC manteve a taxa inalterada até outubro e iniciou a flexibilização com cautela. A prioridade era garantir a convergência das expectativas de inflação para a meta antes de acelerar o ritmo dos cortes.

Com a aprovação do teto de gastos e o avanço de uma agenda que incluiu a redução de subsídios, a reforma trabalhista e a tentativa de reforma da Previdência, as expectati-

vas de inflação convergiram e o BC pôde reduzir a Selic, que chegou a 6,5% em março de 2018. Mais importante que a velocidade dos cortes foi a combinação que tornou isso possível: desinflação, melhora da percepção fiscal e recuperação da credibilidade.

O debate atual sobre a meta de inflação mostra por que essa experiência continua relevante. Hoje, circula uma versão mais sofisticada dessa ideia: primeiro viria o ajuste fiscal; restabelecida a confiança, o país elevaria a meta para algo próximo de 4%. Mas alterar a regra justamente quando ela começa a funcionar enfraquece a credibilidade que se buscava recuperar. Se a meta de 3% for abandonada na primeira oportunidade, por que os agentes econômicos acreditariam que a próxima será permanente?

O principal obstáculo à convergência da inflação e à redução sustentável dos juros reais não é a meta, mas a fragilidade do regime fiscal. Elevá-la quando um ajuste crível começasse a produzir desinflação desperdiçaria a oportunidade de fortalecer o regime monetário, transformando um choque benigno em acomodação permanente de uma inflação mais alta.

Uma meta maior não elimina o risco fiscal nem garante juros baixos. Validar uma inflação mais elevada e enfraquecer a confiança nas regras pode ampliar o prêmio exigido para financiar a dívida pública. O ganho imediato de cortes na Selic seria obtido ao custo de expectativas menos ancoradas e juros longos mais altos.

Por isso, um ajuste fiscal consistente e uma atuação cautelosa do BC deveriam tornar desnecessária qual-

quer discussão sobre elevar a meta de inflação. Cabe também à autoridade monetária enfrentar essa ideia de que a dificuldade em cumprir a meta justifica sua alteração. O sucesso do regime monetário depende da capacidade de perseguir o objetivo estabelecido, não de redefini-lo sempre que ele se mostra desafiador.

Em 2017, o Brasil soube transformar um choque favorável em ganho de credibilidade. O próximo governo terá uma chance parecida se fizer sua parte nas contas públicas. Um ajuste fiscal crível e uma atuação cautelosa do BC podem levar a inflação a 3% e encerrar o debate sobre sua revisão.

Alcançar esse patamar de forma sustentada seria a maneira mais eficaz de fortalecer a política monetária e abrir espaço para juros estruturalmente mais baixos.

Soluções de crédito com ótimas taxas:
Vai investir na sua empresa?
Conte com crédito Banrisul.

Saiba mais:

banrisul empresas

*Sujeito a análise de crédito.

Consumo nos lares brasileiros cresce 2,21% em agosto ante julho, diz Abras

/CONSUMO

O consumo nos lares brasileiros cresceu 2,21% em agosto na comparação com julho, segundo dados da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Na comparação com agosto de 2025, houve alta de 2,69%. No acumulado de janeiro a agosto, o avanço é de 2,71%.

O resultado mantém a trajetória positiva do indicador, embora em ritmo mais moderado do que na passagem de junho para julho, quando o consumo havia avançado 3,01%.

Segundo o vice-presidente da entidade, Márcio Milan, o desempenho continua sustentado pelo mercado de trabalho e pela expansão da renda.

A taxa de desemprego ficou em 5,3% no trimestre encerrado em agosto, enquanto a população ocupada chegou a 103,5 milhões de pessoas, maior nível da série histórica.

O executivo, porém, chamou atenção para o maior com-

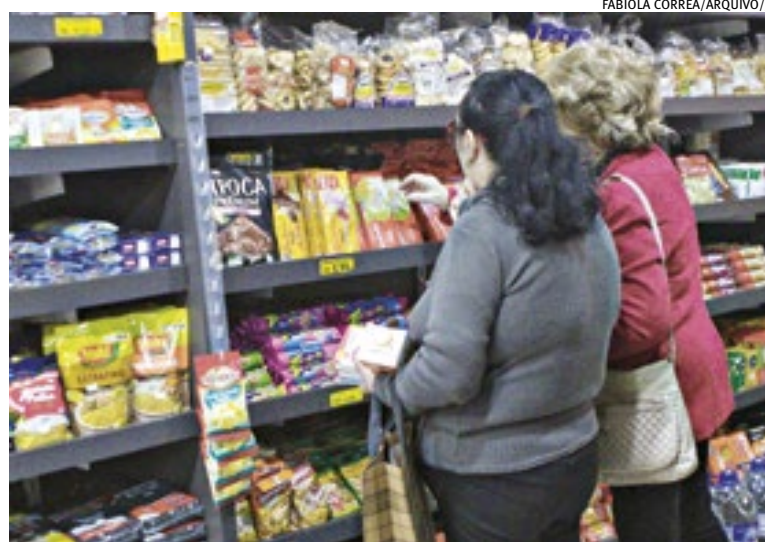
prometimento da renda das famílias, que atingiu 28,7% em julho, ante 27,3% um ano antes. “Isso ajuda a explicar por que o consumo segue em trajetória positiva, mas com o consumidor mais atento a preços, promoções e à composição do orçamento”, disse.

A cesta Abrasmercado, composta por 35 produtos de largo consumo, registrou queda de 0,57% em agosto, a terceira retração mensal consecutiva, após recuos de 0,28% em junho e de 1,24% em julho.

Com isso, o valor médio passou de R\$ 841,95 para R\$ 837,14. No acumulado do ano, porém, a cesta ainda registra alta de 4,60%.

Já a cesta de 12 produtos básicos teve comportamento diferente e registrou leve alta de 0,09% em agosto na comparação com julho.

O valor médio nacional ficou em R\$ 356,76. No acumulado de janeiro a agosto, a cesta registra avanço de 4,81%.



FABIOLA CORREA/ARQUIVO/JC

Cestas básicas mostram comportamentos distintos no mercado

Para o último trimestre, a Abras vê fatores que podem dar sustentação ao consumo, como o reajuste do Bolsa Família, o pagamento do 13º salário, a Black Friday e as festas de fim de ano.

A entidade estima que cerca de R\$ 49 do valor adicional médio do Bolsa Família por família possam ser destinados ao

abastecimento dos lares.

A associação nacional também monitora a retomada da alta dos alimentos na prévia da inflação de setembro e os possíveis efeitos climáticos sobre a oferta.

“Ainda é cedo para dizer se a pressão sobre os preços deve persistir nos próximos meses”, afirma o executivo da entidade.

Renegociação de dívidas avança entre os idosos

Os brasileiros com 65 anos ou mais apresentaram, entre janeiro e agosto de 2026, o maior crescimento proporcional no número de dívidas negociadas entre as faixas etárias analisadas pela Serasa. Foram 849 mil acordos fechados no período, alta de 23,1% em relação aos oito primeiros meses de 2025. O avanço ficou acima da média nacional, de 17,2%, registrada sobre um total de 38,3 milhões de acordos.

Apesar do ritmo de crescimento, os brasileiros com 65 anos ou mais ainda representam parcela pequena do total de renegociações realizadas no País: 2,2% dos acordos fechados entre janeiro e agosto de 2026, a menor participação entre as faixas etárias.

O movimento ganha outra dimensão quando a renegociação são analisados em conjunto com a evolução da inadimplência. De acordo com a Serasa, o número de inadimplentes com 60 anos ou mais cresceu 10,7% entre agosto de 2025 e agosto de 2026.